

# **As categorias de *tempo e pessoa*, pela ótica benvenistiana, e as marcas (ausentes) da subjetividade no estatuto da *AIMS***

Juciane Ferigolo Parcianello

Submetido em 30 de abril de 2012.

Aceito para publicação em 16 de junho de 2012.

Publicado em 30 de junho de 2012.

*Cadernos do IL*, Porto Alegre, n.º 44, junho de 2012. p. 279-294

---

## **POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL**

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Creative Commons Attribution License](#), permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
- (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.

---

## **POLÍTICA DE ACESSO LIVRE**

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Sábado, 30 de junho de 2012

23:59:59

# AS CATEGORIAS DE *TEMPO* E *PESSOA*, PELA ÓTICA BENVENISTEANA, E AS MARCAS (AUSENTES) DA SUBJETIVIDADE NO ESTATUTO DA AISM

Juciane Ferigolo Parcianello\*

**RESUMO:** Nosso trabalho centra-se, primeiramente, na discussão de alguns conceitos elementares da *Linguística da Enunciação*, fundamentada no pensamento benvenisteano, tais como: língua, enunciação, enunciado, sujeito e temporalidade. Em um segundo momento, nosso interesse se volta para a análise de enunciados que constituem os objetivos do Estatuto Social da Associação Italiana de Santa Maria (AISM), considerando neste exercício a teoria da enunciação e as noções referidas acima. Buscamos com o trabalho analítico observar e compreender os efeitos de sentido produzidos pela ausência das marcas de subjetividade nos enunciados, a partir das categorias de pessoa e de tempo, bem como discutir o que esta (aparente) ausência significa.

**PALAVRAS-CHAVE:** gênero textual estatuto; enunciação; subjetividade.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Primeiramente, este trabalho é resultado das leituras, reflexões e discussões realizadas na disciplina *Estudos da Significação*, tendo como objetivo principal a aplicação de teorias interessadas nos processos de produção do sentido ao exercício analítico de alguns enunciados que integram os textos do *corpus* de análise do trabalho final de tese. Não buscamos, neste artigo, fazer uso de todas as correntes teóricas trabalhadas no decorrer da disciplina, mas apenas da teoria da enunciação, fundamentada no pensamento benvenistiano, o que implica considerar o modo de este linguista conceber a língua, o sujeito, a temporalidade, a enunciação e o enunciado.

Constituem a materialidade linguística de análise enunciados recortados do estatuto que prevê o funcionamento da *Associação Italiana de Santa Maria* (AISM) fundada no ano de 1985, com o nome de *Sociedade de Cultura Ítalo-brasileira Dante Alighieri*. Com a finalidade principal de promover “o estudo e o cultivo da língua e da cultura italiana” (1992, p. 1), a *Associação Italiana de Santa Maria* – designação<sup>1</sup> dada à *Sociedade de Cultura Ítalo-brasileira Dante Alighieri* no ano de 1992 – estabelece, por meio do seu estatuto social, as diretrizes e normas de funcionamento da entidade. Interessa-nos, assim, analisar enunciativamente as marcas linguísticas do sujeito AISM, a partir das categorias *tempo* e *pessoa*, nos enunciados que constituem os objetivos da Associação, atentando para os sentidos produzidos por estas marcas – ou pela aparente ausência de marcas. Nossa hipótese é a de que a ocultação das marcas de subjetividade (eu) e de temporalidade (verbos no presente, pretérito e futuro do indicativo) exime o

---

\* Aluna do Doutorado em Letras, na área dos Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria, mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria, bolsista de produtividade da CAPES: [jferigolo@yahoo.com.br](mailto:jferigolo@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> Entendemos designação à luz de Eduardo Guimarães (2002) como uma operação linguística de dar (*outro*) nome aquilo que já possui nome. A designação é, em linhas gerais, uma categoria de análise do enfoque teórico da **Semântica do Acontecimento** (2002), deste mesmo autor.

sujeito representante da Associação das responsabilidades que lhe cabem e dá aos enunciados um caráter de neutralidade, frente ao que é dito sobre a AISM, e de perenidade, frente à passagem do tempo. Entendemos que o sujeito Associação não se marca como *eu*, mas como *ela* – não pessoa – para provocar um efeito de distanciamento de quem responde por esse *ela* do próprio *ela*. E a presença dos verbos no infinitivo, para descrever os objetivos da AISM, confere aos enunciados um aspecto de atemporalidade, pois não remete às instâncias de tempo e espaço, o que produz um efeito de durabilidade da ação que o verbo significa, dando a entidade um traço de seriedade e comprometimento constante com suas causas.

Nossa escolha em relação ao aparato teórico usado para a construção das análises se deve ao fato de Benveniste considerar o enunciado como lugar de aparecimento das marcas do sujeito (ego), ainda que este enunciado não as “revele” explicitamente. Ou seja, na ótica benvenistiana, o sujeito se marca no enunciado mesmo pela ausência. Como procuramos analisar os efeitos dessa aparente ausência de subjetividade no enunciado, a teoria da enunciação de Benveniste parece a mais indicada para tal tarefa.

Quanto ao recorte do *corpus*, o fizemos porque nos interessa investigar, no texto do estatuto, as relações estabelecidas entre língua italiana e sujeito descendente, bem como os sentidos depreendidos do funcionamento desses dois termos nos enunciados. E uma análise tal qual nos propomos realizar neste trabalho contribui para esta tarefa.

## 2. A ASSOCIAÇÃO ITALIANA DE SANTA MARIA: HISTÓRIA E LÍNGUA

A *Associação Italiana de Santa Maria* (AISM) passa a substituir, no ano de 1992, a *Sociedade de Cultura Ítalo-Brasileira “Dante Alighieri”*, fundada em 25 de julho de 1985. O principal objetivo da referida Associação é “o estudo e o cultivo da língua italiana” (cf. consta no estatuto de 1992, p. 1) desenvolvendo ações político-linguísticas e culturais, dentre as quais a oferta de cursos para o aprendizado desta língua voltados à comunidade santa-mariense e aos interessados em geral.

O documento que rege o funcionamento desta instituição é o Estatuto Social da *Associação Italiana de Santa Maria* (1992), constituído de 17 capítulos. No capítulo II, são apresentados os objetivos. Compete, pois, à citada entidade, dentre outras funções: promover intercâmbios culturais, organizar feiras, desfiles, conferências, cursos, exposições típicas e celebrar datas cívicas, organizar e manter bibliotecas, corais, grupos de danças, teatros, resgatar e preservar o patrimônio cultural dos imigrantes e seus descendentes, dar apoio moral e assistência social aos italianos carentes e seus descendentes e fiscalizar projetos e de obras de arte e arquitetura tipicamente italianas para que sejam coerentes com o estilo original.

A fundação da *Associação Italiana de Santa Maria* representa uma maneira diferenciada de posicionamento em relação à língua se a comparamos com a posição estado-novista para com as línguas de imigração. No período do Estado Novo (1937-1945) os dialetos praticados por imigrantes e descendentes eram nomeados *línguas estrangeiras* e faziam parte do conjunto de “quistos” que ameaçavam a saúde da nação brasileira (BORGES PEREIRA, 2006, p. 12). As políticas linguísticas desse momento eram, pois, de repressão, silenciamento, apagamento das línguas de imigração. Contrariamente, vemos na referida Associação o funcionamento de uma política pró-língua italiana fundamentada em sua defesa, revitalização e valorização.

Quanto aos recursos os quais dispõe para funcionar, a *Associação Italiana de Santa Maria* conta com o incentivo financeiro de um grupo de sócio-fundadores, de proprietários de estabelecimentos comerciais e empresas e do apoio também financeiro do Ministério das Relações Exteriores da Itália.

Os cursos de italiano oferecidos pela AISM são reconhecidos pela Universidade Federal de Santa Maria, que tem com esta Associação um acordo de cooperação técnica e considera as atividades que esta desenvolve como projeto de extensão. Os cursos de língua italiana também são reconhecidos pelo Consulado e pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália. A AISM pode ser vista, então, como um órgão de fomento da língua italiana, ou seja, um órgão não estatal que promove ações em cuja base se assentam políticas linguísticas.

De acordo com Sturza (s.d., p. 02), as políticas linguísticas se apresentam como “ação e planejamento”, ou seja, “atuam de modo intervencionista no curso das representações e relações dos sujeitos falantes com as línguas”. São, assim, muitas vezes assimiladas pelo Estado retornando à sociedade em forma de leis, diretrizes, programas e projetos no âmbito do funcionamento linguístico. São também,

políticas de revitalização de línguas de imigração, com apoio a projetos culturais de resgate ao patrimônio linguístico e cultural, caso das inúmeras Sociedades Italianas com curso de línguas italianas aos jovens, netos e bisnetos de imigrantes, sem que isso represente uma ameaça à língua nacional, como já ocorreu em outros tempos da história nacional, no Brasil (STURZA, s.d., p. 02).

Neste sentido, a *Associação Italiana de Santa Maria* cumpre o papel de dar espaço (novamente) à prática de uma língua que, há décadas atrás, sofreu interdição. No entanto, como as circunstâncias sócio-históricas são outras e o ensino exige uma sistematização, um planejamento, as variedades dialetais<sup>2</sup> faladas pelas comunidades de descendentes que vivem nas regiões próximas a Santa Maria foram simplesmente desconsideradas. A variedade ensinada na Associação é o italiano toscano, língua oficial da Itália. Isso para que os cursos ofertados tenham o reconhecimento do Consulado e do Ministério das Relações Exteriores da Itália e para que a instituição ganhe apoio financeiro destes órgãos. Também para que a parceria entre a AISM e tais entidades italianas permita o intercâmbio de estudantes brasileiros e a oferta de cursos de formação de professores de língua italiana na Itália.

A reflexão e a discussão a respeito das políticas linguísticas que subjazem ao funcionamento da AISM não constituem nosso foco de interesse neste trabalho, por isso não aprofundaremos tais questões. As considerações feitas anteriormente são a título de apresentação dos mecanismos legais de atividade da Associação, contribuindo assim para a compreensão dos efeitos de sentidos depreendidos dos enunciados que constituem seus objetivos.

Em nossa pesquisa de tese, daremos maior atenção para as questões políticas que legitimam o ensino de língua italiana pela AISM.

---

<sup>2</sup> Entendemos *variedade dialetal* à luz de Eugenio Coseriu (1982, s.p.): “Um dialeto, sem deixar de ser intrinsecamente uma língua, se considera subordinado a outra língua, de ordem superior. Ou, dizendo-se de outra maneira: o termo dialeto, enquanto oposto à língua, designa uma língua menor incluída em uma língua maior, que é, justamente, uma língua histórica.” (p. 11-12).

### 3. O GÊNERO ESTATUTO COMO PRÁTICA SOCIAL

Neste tópico, discutiremos algumas características do gênero estatuto, partindo para tal do conceito de gênero textual, estabelecido por Luiz Antônio Marcuschi.

Para este autor, os gêneros textuais estão vinculados às práticas sociais e culturais, sendo por isso, fenômenos históricos que acompanham as transformações da sociedade e dos meios e modos com que esta sociedade estabelece a comunicação e o diálogo em seu interior e/ou com outros grupos sociais. Surgem do trabalho coletivo com a função de “ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia” (MARCUSCHI, s.d., p. 1). Estão ligados às ações do cotidiano, as quais perpassam os diversos níveis e situações de manifestação pela linguagem e apresentam características mais ou menos constantes. Não são, no entanto, estruturas fixas, enrijecidas, dada à natureza movente, inconstante das práticas sociais, que, por sua vez, assim o são por seu caráter histórico. A respeito disso, o referido teórico acrescenta:

Caracterizam-se [os gêneros] como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados às necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita (MARCUSCHI, s.d., p. 01).

Os gêneros textuais podem, assim, ser entendidos e estudados pela sua funcionalidade em relação ao social e não por sua forma, que está sujeita a mudanças no desempenho de determinadas funções que a linguagem realiza. Mas, “é bom salientar que embora os gêneros textuais não se caracterizem nem se definam por aspectos formais, sejam eles estruturais ou lingüísticos, e sim por aspectos sócio-comunicativos e funcionais, isso não quer dizer que estejamos desprezando a forma.” (MARCUSCHI, s.d., p. 02).

Marcuschi faz essa ressalva para explicar que em alguns casos, as formas podem definir o gênero, assim como há casos em que a definição do gênero se dá pela função ou pelo próprio suporte ou ambiente em que o texto aparece. No caso do gênero estatuto, podemos cogitar que ele se define tanto pela estrutura como pela função, pois as regularidades presentes neste tipo de texto são em maior número do que as irregularidades. Sua função social, de um modo geral, identifica-se com o estabelecimento de normas ou regras que regulam as ações e as relações de um grupo de pessoas.

O estatuto é definido, segundo sua funcionalidade, como um

texto normativo que estabelece regras a serem obedecidas e respeitadas. Institui direitos e deveres, bem como a aferição de responsabilidade no cumprimento das mesmas. Delibera sobre as penalidades em caso de infração das normas estabelecidas e delega a competência às instâncias de direito para aplicá-las. (CARACTERIZAÇÃO..., s/d, p. 01).<sup>3</sup>

No que compete à forma<sup>4</sup>, o estatuto está, geralmente, constituído: 1) da lei ou do órgão que autoriza e legitima o que está sendo considerado como norma, 2) da data

<sup>3</sup> Conceito encontrado no texto *Caracterização do gênero: gênero estatuto*, de autoria desconhecida. Disponível na página: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=13207>

<sup>4</sup> As características formais do estatuto também se encontram no texto citado acima.

em que entra em vigor a lei, a entidade, ou a diretriz, 3) de artigos, capítulos e seções que trazem os objetivos, as descrições e as normativas daquilo que está sendo instituído.

Considerando o Estatuto Social da AISM um gênero discursivo que regula e autoriza o funcionamento desta Associação, buscamos analisar o capítulo II, espaço onde se estabelecem seus objetivos. Não nos apoiaremos para tanto na teoria dialógica de Bakhtin – o que pareceria pertinente, devido à tomada do estatuto como gênero textual – pois nos interessa trabalhar com as categorias *tempo e pessoa* do enunciado, desenvolvidas por Benveniste. As ponderações feitas a respeito do gênero textual e do gênero estatuto, mais especificamente, servem única e exclusivamente à compreensão de como se constitui um estatuto enquanto textualidade.

#### **4. BENVENISTE: DO ESTRUTURALISMO ÀS QUESTÕES DO SUJEITO**

É prudente que, antes da retomada de alguns aspectos, questões, noções e categorias desenvolvidas por Benveniste, o consideremos enquanto estudioso dos fenômenos da linguagem, inscrevendo-o, desse modo, em um campo de estudos mais amplo e geral do que simplesmente o campo dos estudos enunciativos, como comumente aparece na maioria dos trabalhos que versam sobre ele ou sobre sua produção teórica.

Émile Benveniste foi durante boa parte de sua trajetória acadêmica e intelectual um comparatista declarado e aficionado. Discípulo de Antoine Meillet, também comparatista e por sua vez discípulo de Saussure, dedicou-se ao estudo diacrônico de línguas como o sânscrito, o grego, o latim e outras várias que compõem o grupo das línguas indo-européias, conforme explica François Dosse no texto *Benveniste: a exceção francesa* (2007). Neste mesmo texto, o autor apresenta um Benveniste pouco conhecido e pouco compreendido em boa parte de sua vida acadêmica. Seu reconhecimento se deveu, de início, às reflexões realizadas em diálogo com a filosofia, com a psicanálise, com a antropologia e com a lógica, fato que o aproximou intelectualmente de Lacan, de Lévi-Strauss e de Austin. É somente por volta da década de 1970, segundo Dosse, que Benveniste alcança um reconhecimento maior no campo dos Estudos Linguísticos, a partir da publicação do **Problèmes de linguistique générale** (1966). Suas aulas no Collège de France ganham, então, maior audiência e passam a ser frequentadas por alunos como Oswald Ducrot, Claude Hagège e Marina Yaguello.

Além da formação comparatista, Benveniste se especializou nos estudos estruturalistas de base saussureana, traçando, porém, novos caminhos para as discussões sobre a língua enquanto sistema. O que Benveniste fez não foi exatamente uma desconstrução dos postulados de Saussure, e tanto não o fez, que considera a produção do sentido como um fenômeno que se dá internamente ao sistema e não na sua relação com o externo, tal como pregava Saussure no **Cours de Linguistique générale** (1916).

Benveniste traça, de fato, uma série de questionamentos a respeito de afirmações e considerações do linguista genebrino presentes no **Cours**, as quais estão diretamente ligadas à constituição do signo linguístico, ao seu valor e ao princípio da arbitrariedade. Ainda, o linguista francês avança em relação ao paradigma saussureano de língua, na medida em que inclui o sujeito do dizer como entidade linguística que faz a língua funcionar (BENVENISTE, 2005 [1958], p. 288) e fazendo isso, instaura a enunciação.

Tais discussões renderam a Benveniste o lugar de fundador da Linguística da Enunciação, embora Michel Bréal, em fins do século XIX, tenha tratado, de modo mais geral, do que aquele designou o “elemento subjetivo da língua” (BENVENISTE, 2005, p. 284).

## 5. A SUBJETIVIDADE DA LINGUAGEM E AS MARCAS DO SUJEITO NO ENUNCIADO

Nesta seção, focalizaremos alguns conceitos desenvolvidos por Benveniste, tais como o de sujeito, temporalidade, língua, enunciação e enunciado, conceitos estes que representam o fundamento teórico das análises que seguem.

E. Benveniste, linguista estruturalista, trata da questão da categoria pessoa, ora designada por locutor, ora por sujeito da enunciação em vários artigos das obras **Problemas de Lingüística Geral I e II**.

No capítulo *Da subjetividade da linguagem* (2005), que faz parte do **PLG I**, Benveniste aponta o locutor como a origem do dizer, ou ainda, como a condição de subjetividade, na medida em que instaura o sujeito na língua no momento da enunciação. Para este teórico, “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no discurso” (2005, p. 286). Esta instância que se coloca na língua, tornando as formas discurso, não coincide com sujeito empírico, pois é tido como um “parâmetro” das condições de enunciação (1989, p. 83), o que o torna figura essencial de tal acontecimento. Ele é, em outras palavras e conforme está dito na obra *O aparelho formal da enunciação* (1989 [1970]), quem se apropria do aparelho formal da língua e o torna discurso, estabelecendo com isso o sujeito da enunciação manifesto pelo *ego*.

Flores et al. apontam que, no pensamento benvenistiano, o sujeito é a condição básica de transformação da língua em discurso e, “mesmo que o enunciado não apresente a marca *eu*, por exemplo, *eu* subjaz ao enunciado” (2008, p. 55).

A presença do *ego* (sujeito) na língua “propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental.” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Com essa consideração, instaura-se a intersubjetividade, a qual “aparece como uma categoria constitutiva do diálogo.” (BRAIT, 2006, p. 41) definido pelo autor como uma realidade humana.

Benveniste pontua (2005, p. 285) que é uma ilusão imaginar que o homem nasceu desprovido de linguagem e aos poucos foi desenvolvendo-a, conforme a necessidade de comunicação, em um intercâmbio linguístico em se aprendia novas palavras, que iam sendo testadas na expectativa da comunicação e do diálogo. Para ele, o homem não pode ser pensado sem a linguagem, sem a capacidade de enunciar, pois a própria definição de homem é construída pela língua.

Logo, não existe a possibilidade de emprego da língua sem interlocutores. Consequentemente, não há enunciação sem interlocução. É por esse viés que o teórico explica que o momento de apropriação da língua pelo locutor é também o momento de participação do *outro* na enunciação, mesmo que esse outro seja o próprio locutor exercendo dois papéis na situação de um monólogo.

Um bom exemplo disso são as conversas realizadas por nós com nós mesmos. Sempre que usamos a língua, mesmo que não haja um interlocutor concreto para nos dar

as respostas, imaginamos que existe alguém dialogando ou assumimos os dois papéis na locução. Há um *eu* falando com um *tu*, mesmo que esse *tu* seja uma outra face do *eu*.

Benveniste assenta, assim, o fundamento da enunciação na relação dialógica ou intersubjetiva, deslocando a produção de sentidos para o interior desta relação. É importante ressaltar, ainda, que o objeto de análise, neste viés teórico, é o enunciado e não a enunciação, embora o trabalho analítico busque a reconstrução da enunciação pelas marcas de subjetividade deixadas no enunciado.

A categoria tempo é problematizada por Benveniste no artigo *O aparelho formal da enunciação* (1989) – embora o faça ainda em outros textos. Para o autor, o tempo da enunciação não é idêntico ao tempo cronológico, que regula a sucessão dos acontecimentos no mundo real. Isso porque quem fala na enunciação não é o indivíduo, ser empírico, e sim o locutor, figura responsável por tomar a língua e enunciar.

O fato de se empregar as formas da língua semantizando-as, precisamente, pelo seu emprego, acaba por instaurar a temporalidade da enunciação. Quando o sujeito diz *eu* e enuncia, posiciona-se no tempo *presente*. Instaurando o presente, ele instaura a temporalidade, fazendo da enunciação “cada vez única, contendo e refletindo o emprego das formas” (BRAIT, 2006, p. 44).

Conforme Benveniste,

Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria de tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. [...] O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentido de uma continuidade que denominamos “tempo” (BENVENISTE, 1989, p. 85-86).

Pela ótica benvenistiana, percebemos que a categoria tempo está determinada relativamente ao momento em que o locutor faz a língua funcionar na enunciação.

Essa forma de conceber o tempo confere à enunciação o caráter de irrepetibilidade. Este se deve ao fato de os participantes do “quadro figurativo” serem sempre sujeitos diferentes. A cada vez que um *eu* se apropria da língua, fazendo-a funcionar, e um *tu* recebe o enunciado e, por sua vez, a põe para funcionar em resposta ao que lhe foi dito, tem-se um enunciado diferente, posto que os agentes envolvidos na ação de enunciar são sempre outros, por mais que se repita várias vezes aquilo que já foi dito. Os sujeitos da interlocução “são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo” (BENVENISTE, 1989, p. 85).

Em “Semântica do Acontecimento” (2002), Eduardo Guimarães<sup>5</sup> posiciona-se de maneira diferenciada em relação a Benveniste para tratar da categoria tempo. Ele explica que a temporalidade do acontecimento da enunciação “não coincide com o tempo do *ego* que diz *eu*” (p. 14), pois este tempo é o da origem do dizer, quando o locutor se apropria da língua e enuncia.

---

<sup>5</sup> As colocações deste autor relativamente ao que entende por enunciação e por temporalidade vêm servir de contraponto às proposições de Benveniste, em relação a estas duas noções. Adotamos, porém, neste trabalho, o ponto de vista benvenistiano.

Guimarães discorda da posição benvenistiana quanto ao tempo da enunciação, porque sua visão de locutor é também dissonante. O locutor é, no acontecimento, uma figura dividida, que fala, mas fala enquanto sujeito. Em outras palavras, o locutor diz, porém, quem significa o dito é sua outra face, o sujeito. Este não é um ser virtual ou uma criação do locutor. É, pois, a voz que enuncia “de uma região do interdiscurso, entendendo este como uma memória de sentidos. Memória que se estrutura pelo esquecimento de que já significa.” (GUIMARÃES, 2002, p. 14).

O tempo da enunciação não é o tempo do locutor, quando se coloca como *eu* e enuncia, já que este tempo é apenas uma representação do instante em que se deu a enunciação. O tempo do acontecimento enunciativo é inacessível ao locutor.

Esta tomada de posição teórica dá um sentido bem específico e forte à consideração de que o acontecimento de linguagem não se dá no tempo, nem no locutor, mas é um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes, mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem o futuro como uma latência de futuro. (GUIMARÃES, 2002, p. 14).

O acontecimento da enunciação é o fato que temporaliza, de acordo com Guimarães, pois é nele que o sujeito fala afetado pela memória discursiva – entendida a partir de Orlandi (2005) como o lugar do já dito, como a memória daquilo que já significou e que a cada enunciação retorna como algo novo porque é também constituída pelo esquecimento. O tempo não é, desse modo, uma dimensão empírica, mas uma memória de sentidos que o sujeito faz funcionar quando enuncia.

Em Benveniste, a enunciação é tida como irrepitível como “o lugar do sempre novo”, porque o *eu* e *tu* são sempre únicos, já em Guimarães a enunciação é a rememoração de dizeres que ocupam um lugar na memória discursiva. Os sentidos, porém, podem ser outros, dadas às condições sócio-históricas que constituem o sujeito do enunciado.

Assim consideraremos o enunciado como uma unidade discursiva. Nesta medida o enunciado se caracteriza como elemento de uma prática social e que inclui, na sua definição, uma relação com o sujeito, mais especificamente com posições do sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala. (GUIMARÃES, 2008, p. 73).

Se para Guimarães é o acontecimento que temporaliza, para Benveniste é o sujeito, que ao apropriar-se da linguagem, colocando-a para funcionar, instaura o *aqui- agora*, não como tempo cronológico, mas como tempo linguístico. Este tempo linguístico será o presente da enunciação e nele “se vê a manifestação de subjetividade” (FLORES et al., 2008, p. 54).

Relativamente à enunciação e ao enunciado, no texto *O aparelho formal da enunciação* que consta em **Problemas de Linguística Geral II** (1989), Benveniste propõe a distinção entre o uso “das formas da língua” e o uso da “língua” propriamente dito. A primeira trata do emprego de “uma diversidade de estruturas linguísticas”, as quais não se resumem “a um pequeno número de modelos” de uso, mas que podem ser analisadas ou discutidas “por meio de uma técnica comprovada” (1989, p. 82). Nesse sentido, podemos entender as formas da língua como os signos linguísticos dos quais

dispomos para falar. O funcionamento desses signos obedece a regras internas, cujo aprendizado e manejo ocorrem segundo a observância de modelos já existentes.

O uso da língua, para Benveniste, é “coisa bem diferente. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (1989, p. 82). Por este motivo, tal fenômeno pode confundir-se facilmente com a própria língua.

Com essa ressalva, o autor, logo em seguida, define a “enunciação” como o ato individual de “colocar a língua em funcionamento”. Porém, a ação de por a língua para funcionar pode ser confundida com o dito. Para esclarecer essa questão, ele explica que:

É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina caracteres lingüísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres lingüísticos que marcam essa relação. (BENVENISTE, 1989, p. 82).

Assim, a enunciação não coincide com o resultado, com aquilo que é produzido quando o sujeito dispõe da língua e a põe para funcionar. Ela não é o dito, a materialidade analisável, mas o próprio processo de dizer. É o movimento vivo da língua e de seus sujeitos, que flui incessantemente nas situações concretas de comunicação (BRAIT, 2006). O fato de o locutor apropriar-se da língua, fazendo-a funcionar, é a enunciação de fato. O desenrolar desse processo, converte, então, a língua, entendida como o conjunto das formas, ou dos *signos*, como queria Saussure, em discurso, em sentido. Os dois níveis, língua e fala, separados nos postulados do linguista genebrino, aparecem em Benveniste trabalhando de modo solidário: o semiótico, que é uma propriedade da língua, é o que o locutor mobiliza – de materialidade tangível – para produzir sentido, ou seja, para significar. O resultado da apropriação das formas por um *eu* em um momento específico, que marca o *presente* da enunciação, é o enunciado.

## **6. OS EFEITOS DE SENTIDO EM ENUNCIADOS EM QUE AS CATEGORIAS SUJEITO E TEMPORALIDADE NÃO ESTÃO VISIVELMENTE MARCADAS**

Com o dispositivo teórico da linguística da enunciação de Benveniste, analisaremos, a seguir, os efeitos de sentido produzidos pelo “apagamento” das marcas de subjetividade em enunciados recortados do Estatuto Social da *Associação Italiana de Santa Maria*. São enunciados que ocupam o lugar de objetivos da Associação, sendo, por isso, caracterizados pela ausência de um *eu* explícito e do marco temporal que identifica o presente da enunciação.

Realizar uma análise enunciativa a partir das condições explicitadas acima requer o entendimento de que mesmo o locutor não aparecendo pela manifestação direta em *eu-aqui-agora*, ele subjaz ao enunciado. Flores et al. argumenta que

A partir do conceito de *aparelho formal da enunciação*, postula-se a ideia de que toda a língua passa a ser subsumida pelo locutor em seu ato de discurso. Aponta-se, com isso, que toda e qualquer forma linguística ou classe de

palavras pode indicar subjetividade. (FLORES et alii, 2008, p. 91, grifo do autor).

Nesse sentido, mesmo que Benveniste atribua a *eu-tu* a noção de *pessoa* e a *ele/ela* a noção de *não-pessoa*, porque não remete ao momento da enunciação, sendo a porção objetiva da língua onde se localiza o mundo, a lei, a cultura, a ordem etc, “se levarmos em conta a correlação de pessoalidade, *eu-tu* e *ele*, tudo o que é de domínio de *ele* passa a ser necessariamente enunciado por *eu* e a fazer parte da enunciação.” (FLORES et alii, 2008, p. 95).

Partindo de tal premissa, analisaremos os enunciados abaixo, no que compete à categoria de *pessoa* e *não-pessoa*, para verificar quais efeitos de sentido são produzidos por estas marcas de (*não*)subjetividade.

No **Art. 2º** do Estatuto Social da *Associação Italiana de Santa Maria*, consta:

Os objetivos da Associação são:

- a) O estudo e o cultivo da língua e da cultura italiana;
- b) Promover o desenvolvimento e o intercâmbio cultural, literário e científico entre o Brasil, a Itália e outros países e o conagraamento da coletividade ítalo-brasileira da região de Santa Maria, neste Estado do Rio Grande do Sul;
- c) Propiciar visitas de personalidades italianas;
- d) Organizar, promover e realizar cursos, conferências, concursos, desfiles, feiras, exposições típicas e celebrar datas cívicas; (ESTATUTO SOCIAL, 1992, p. 01).

Estes são apenas alguns dos objetivos. Como eles se assemelham muito em estrutura e padrão frasal, não citaremos nem analisaremos os demais.

Tomemos o primeiro enunciado: “(1) Os objetivos da Associação são:” (ESTATUTO SOCIAL, 1992, p. 01). Analisemo-lo levando em consideração os três pontos sugeridos por Flores et alii:

- a) os recursos linguísticos utilizados para a realização do fenômeno estudado;
- b) o sentido produzido em relação à ancoragem na situação espaço-temporal;
- c) a categoria de pessoa como centro de referência do discurso. (FLORES et al., 2008, p. 94)

Observando, primeiramente, os recursos linguísticos utilizados, ou seja, a constituição sintática da frase<sup>6</sup>, temos que, embora o verbo *ser – são* – seja classificado pela maioria das gramáticas como verbo de ligação, isto é, “verbo vazio ou quase vazio de significado, que serve como elo de ligação entre o sujeito<sup>7</sup> e um atributo do sujeito denominado predicativo do sujeito” (TERRA; NICOLA, 1994, p. 146), na frase acima ele funciona sintaticamente como “verbo significativo” (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 149).

Os verbos significativos, para muitos gramáticos, assim como para Cunha e Cintra, “são aqueles que trazem uma idéia nova ao sujeito.” (2007, p. 149). Neste caso, as idéias “novas” são ações que cabem à associação realizar. Sintaticamente, então, a frase (1.1) “Os objetivos da Associação são:” tem como sujeito “os objetivos” e como

<sup>6</sup> Frase entendida como “unidade mínima de comunicação” (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 134) e dotada de sentido completo. A parte da gramática que estuda a frase é a sintaxe.

<sup>7</sup> Nesta citação, faz-se referência ao sujeito gramatical e não ao sujeito do enunciado, de perspectiva benvenistiana.

complemento nominal deste sujeito, “da Associação”. Juntos, na frase, não fazemos distinção de sujeito para estes dois segmentos, daí, é possível afirmar que a “Associação” desempenha também esta função sintática.

Com relação à *pessoa* ou ao *pronome pessoal* que realiza a função de sujeito (gramatical) na frase, temos uma terceira pessoa *ela* (Associação). Se, *quem fala* é a primeira pessoa *eu* e *com quem se fala* é a segunda pessoa *tu*, a pessoa *de quem se fala* é a terceira pessoa *ele, ela* (BENVENISTE, 2005, p. 290). Mas a pessoa *de quem se fala, ela*, está na posição de sujeito gramatical da frase, ou seja, sintaticamente *ela* é o sujeito da oração, porém, no quadro figurativo da enunciação, a *não-pessoa* não pode ser responsável pelo dizer. Como vimos, anteriormente, para este autor, a terceira pessoa *ele/ela* é categorizada como *não-pessoa*, porque não tem marca de subjetividade, mesmo que sintaticamente, possa assumir a função de sujeito. Sendo assim, onde está a marca do enunciador<sup>8</sup> neste enunciado?

Está no próprio enunciado, como responsável pela apropriação da língua, no momento da enunciação, ainda que as marcas da subjetividade não apareçam de modo totalmente explícito. O enunciador, neste caso, não assume a função sintática de primeira pessoa *eu*, mas se mantém como a voz que organiza o dizer de quem se fala, do *ela* Associação.

O sujeito do enunciado (1) “Os objetivos da Associação são” é, portanto, um representante da Associação que não quer assumir *o lugar de* enunciador Associação, mas quer falar *em nome da* Associação. Falando *em nome de*, vemos na língua não “um modo subjetivo de significar através da indicação de *pessoa do discurso*, representado pelos pronomes *eu/tu*”, mas “um modo objetivo de significar através da indicação de *não-pessoa*, representado pelo pronome *ele*.” (FLORES et alii, 2008, p. 80).

Com isso, temos um enunciador que não se marca subjetivamente para que a responsabilidade pelo dito não lhe seja atribuída, ou seja, é a Associação (*ela*) quem deve assumir aquilo que está sendo enunciado como objetivos.

Essa aparente ausência do *eu* no enunciado acima produz, então, um efeito de sentido de objetividade e de neutralidade em relação ao que é dito, conferindo à Associação, enquanto entidade prestadora de serviço à comunidade (italiana), um caráter de seriedade e de imparcialidade, dada à inexistência de marcas de subjetividade.

Os demais enunciados citados no quadro acima também estão desprovidos da presença do pronome *eu*, por isso, serão analisados considerando a categoria *tempo*.

Observemos:

- a) O estudo e o cultivo da língua e da cultura italiana;
- b) Promover o desenvolvimento e o intercâmbio cultural, literário e científico entre o Brasil, a Itália e outros países e o conagraamento da coletividade ítalo-brasileira da região de Santa Maria, neste Estado do Rio Grande do Sul;
- c) Propiciar visitas de personalidades italianas;
- d) Organizar, promover e realizar cursos, conferências, concursos, desfiles, feiras, exposições típicas e celebrar datas cívicas; (ESTATUTO SOCIAL, 1992, p. 01).

---

<sup>8</sup> Tomando o enunciador à luz de Benveniste.

Tomemos o primeiro enunciado, considerando também as três etapas da análise enunciativa propostas por Flores et al. (2008)<sup>9</sup>:

(2) a) O estudo e o cultivo da língua e da cultura italiana;

Começamos nossos apontamentos partindo das formas da língua, isto é, do nível da materialidade linguística. Neste nível, o enunciado (2) é tido como uma frase nominal, que para os gramáticos em geral e para Terra e Nicola é “construída sem verbos, porém com sentido completo” (1994, p.136). Não havendo verbos, não há, portanto, uma importante marca de pessoa e de tempo, o que não significa que não há enunciador e tempo da enunciação.

Benveniste, analisando a frase nominal em **Problemas de Linguística Geral I**, explica que ela afirma “uma certa qualidade (no sentido mais geral) como própria do sujeito do enunciado” (2005, p. 172)<sup>10</sup>, porém fora da determinação temporal e da relação com o locutor. A qualidade a qual se refere o teórico pode ser identificada como característica do sujeito do enunciado, que no caso acima não se mostra como tal explicitamente. Por este motivo, a qualidade é deslocada para a *não-pessoa*, sujeito da frase – e não do enunciado.

Passando novamente para o nível da frase e seguindo a linha de raciocínio de Benveniste, (2) “o estudo e o cultivo da língua e da cultura italiana” acaba funcionando como característica da Associação, estando esta característica não condicionada ao tempo, já que na frase não aparece marcador temporal nem de presente, nem de passado nem de futuro. A ausência de temporalidade na frase produz no enunciado um efeito de sentido de durabilidade, de permanência, de continuidade. Como este enunciado está “qualificando” a Associação, esta passa também a significar constância, permanência.

Vimos, então, que o enunciado analisado não contém nenhuma referência às categorias *eu-aqui-agora*, mesmo que haja um locutor que se apropria das formas da língua e as converta em discurso, pela enunciação. Esse locutor apenas organiza o dizer, falando em nome da Associação, *não-pessoa*, em um tempo indeterminado linguisticamente. E se o tempo da enunciação e, conseqüentemente, o tempo do enunciado é marcado pela indeterminação, ele acaba abrangendo presente, passado e futuro. O enunciado (2) “o estudo e o cultivo da língua e da cultura italiana” é atemporal, significando, assim, no passado, no presente e no futuro. A *Associação Italiana de Santa Maria* tem, deste modo, a incumbência de realizar o “estudo e o cultivo da língua e da cultura italiana” por tempo indeterminado.

Passemos, pois, para a análise dos demais enunciados os quais contêm verbos no infinitivo. São eles:

- b) Promover o desenvolvimento e o intercâmbio cultural, literário e científico entre o Brasil, a Itália e outros países e o conagraçamento da coletividade ítalo-brasileira da região de Santa Maria, neste Estado do Rio Grande do Sul;
- c) Propiciar visitas de personalidades italianas;
- d) Organizar, promover e realizar cursos, conferências, concursos, desfiles, feiras, exposições típicas e celebrar datas cívicas; (ESTATUTO SOCIAL, 1992, p. 01).

<sup>9</sup> Mencionadas na página 10 deste trabalho.

<sup>10</sup> Citação retirada do artigo *A frase nominal*, publicado em 1950, no **Bulletin de la Société de Linguistique de Paris**.

Os verbos *promover*, *propiciar*, *organizar* e *realizar* não estão conjugados em nenhuma pessoa. São, na ótica de muitos gramáticos, bem como na de Ataliba de Castilho (2010), “formas nominais do verbo” porque geralmente assumem o papel de um nome, no caso do infinitivo, assume o papel de substantivo. Mas essa definição não é suficiente para compreendermos quais os efeitos de sentido que esses verbos produzem no enunciado.

Saindo do valor sintático do infinitivo e entrando no aspecto funcional, temos: “o infinitivo apresenta o processo verbal em potência; exprime a idéia da ação” (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 497), sem dar as coordenadas temporais de quando essa ação se desenvolve. Não estão, dessa forma, pondo em destaque quem realiza a ação e em qual circunstância (*aqui/agora*), mas apenas dando destaque a própria ação.

Para Ataliba de Castilho, a forma nominal infinitivo carrega o valor de “sem limites” (2010, p. 408), de indeterminação, na medida em que não localiza a ação manifesta pelo verbo em um tempo determinado. Essa indeterminação temporal se estende tanto ao tempo cronológico quanto ao tempo linguístico, já que não vemos nos recortes de enunciados referência a nenhum deles. Benveniste (1989, p. 71) diferencia estas duas instâncias temporais da seguinte forma: a primeira delas, o tempo cronológico, é o tempo dos acontecimentos do mundo real, aquele que norteia as ações e a vida das pessoas. Já o tempo linguístico é aquele que fica registrado no enunciado e que remete ao instante da enunciação. É, por isso, parte do aparelho formal da enunciação.

Os objetivos do estatuto, tomados como enunciados, não apresentam registro do tempo linguístico e, conseqüentemente, não estabelecem, pelo *aqui-agora* da enunciação, uma relação intersubjetiva (*eu-tu*) visível, imediata. No entanto, havendo um enunciador que fala, mesmo sem marcar este lugar, há também um enunciatário, representado pelo grupo de sócios e simpatizantes da Associação. Estabelece-se, desse modo, a idéia de diálogo constante, permanente, já que não há um presente a ser tomado como ponto de referência. A enunciação ganha, com isso, um efeito de constância.

O enunciador cria um enunciado em que ele não aparece como sujeito do dizer, por isso, as categorias de *pessoa* e *tempo* estão ausentes. Disso decorre um deslocamento de atenção, no enunciado, para a *não-pessoa*, representada pela Associação. O sujeito não se marca, dando, então, lugar de destaque as ações do *ela*, potencializadas pelos verbos no infinitivo.

A frase nominal e as frases com verbos no infinitivo “apagam”, no nível do enunciado, os sinais da enunciação. Disso decorre, que os objetivos da Associação, tomados como enunciados adquirem um caráter de durabilidade, de verdade inquestionável, pois estão resguardados da passagem do tempo.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Procuramos, ao longo deste trabalho, desenvolver um método que possibilitasse analisar enunciados, usando como aparato teórico a Linguística da Enunciação de fundamento benvenistiano. Partimos do nível das formas da língua e entramos no nível da mobilização de tais formas, pelo locutor, a fim de examinar quais efeitos de sentido são produzidos pelas marcas de subjetividade deixadas nos enunciados.

Nosso objeto de análise – os objetivos da AISM constantes em seu Estatuto Social tomados como enunciados – não apresenta marcas visíveis de subjetividade

(pessoa e tempo), em função de os enunciados estarem constituídos da “voz” da *não-pessoa, ela*, de frases nominais e de frases com verbos na forma nominal infinitivo.

Vimos então que o *eu* não se marca no enunciado para dar ao discurso do estatuto um efeito de neutralidade e sendo ele representado por “alguém” que fala em nome da Associação, esse “alguém” não tem responsabilidade pelo que está sendo dito.

Com relação à frase nominal e ao predomínio do infinitivo nos enunciados, os efeitos de sentido produzidos pela mobilização destas formas são de constância, de duração, de verdade. O discurso do Estatuto da AISM está, desta forma, indiferente à passagem do tempo. Ele permanece como verdade.

Pensamos que este trabalho nos ajudará a responder algumas das questões que norteiam nossa pesquisa de doutorado, por termos entendido como a Associação Italiana de Santa Maria promove e incentiva o estudo da língua e da cultura italiana, através de um discurso de responsabilidade e de continuidade, que está alheio ao fator tempo. Com estas observações atentaremos para a questão da língua – que língua é essa ensinada pela AISM? – mas para fazê-lo precisamos sair da enunciação e entrar na história e na política linguística, tarefa demasiado ampla para este artigo.

## REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. (1958). In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005, p. 284-305.
- \_\_\_\_\_. A frase nominal. (1950). In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005, p. 163-182.
- \_\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação. (1970). In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989, p. 81-90. (1ª edição francesa 1974)
- BORGES PEREIRA. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS*. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.
- BRAIT, Beth. Enunciação e intersubjetividade. *Revista Letras*. Porto Alegre, n. 33, p. 37-50, jul/dez, 2006.
- CASTILHO, Ataliba de. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- COSERIU, Eugenio. *Sentido y tareas de la dialectología*. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.
- CARACTERIZAÇÃO do gênero: gênero estatuto. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=13207>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- DOSSE, François. Benveniste: a exceção francesa. In: \_\_\_\_\_. *História do Estruturalismo*. SP: Edusc, 2007.
- ESTATUTO SOCIAL. *Associação Italiana de Santa Maria*. Santa Maria: 1992.
- FLORES, Valdir do Nascimento; SILVA, S.; LICHTENBERG, S.; WEIGERT, T. *Enunciação e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2008
- GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e História. In: \_\_\_\_\_. *História e Sentido na Linguagem*. São Paulo: Editora RG, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Semântica do Acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. Disponível em: [www.proead.unit.br/.../Generos\\_textuais\\_definicoes\\_funcionalidade.rtf](http://www.proead.unit.br/.../Generos_textuais_definicoes_funcionalidade.rtf). Acesso em: 23 jun. 2011.

STURZA, Eliana da Rosa. *Políticas Linguísticas e Políticas Universitárias: Pesquisa, Ensino e Extensão*. Disponível em: [http://www.celu.edu.ar/images/stories/pdf/coloquios/5\\_coloquio/Políticas\\_linguísticas\\_e\\_políticas\\_universitárias\\_Sturza.pdf](http://www.celu.edu.ar/images/stories/pdf/coloquios/5_coloquio/Políticas_linguísticas_e_políticas_universitárias_Sturza.pdf). Acesso em: 10 ago. 2010.

TERRA, Ernani; NICOLA, José de. *Gramática e Literatura para o 2º grau*. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1994.

*Recebido em 30/04/2012*

*Aceito em 16/06/2012*

*Versão revisada recebida em 25/06/2012*

*Publicado em 30/06/2012*

## **THE CATEGORIES OF *TIME* AND *PERSON*, BY BENVENISTE'S VIEW, AND THE (ABSENT) MARKS OF SUBJECTIVITY IN THE STATUTE OF AISM**

**ABSTRACT:** *Our work focuses firstly on the discussion of some basic concepts of Enunciation Linguistics, based on the benvenistean thought such as: language, enunciation, statement, subject and temporality. In a second moment, our interest turns to the analysis of statements that are the goals of Associação Italiana de Santa Maria Bylaws considering, in this exercise, the theory of enunciation and the notions mentioned above. We seek with the analytical work to observe and understand the effects of meaning produced by the absence of subjectivity marks in the statements, departing from the categories of person and time as well as discuss what this (apparent) absence means.*

**KEYWORDS:** *textual genre statute; enunciation; subjectivity.*

